

# Recurso questão 24 – Escrivão

## Introdução

O presente recurso visa à **anulação da questão número 24**, referente ao tema **Estado de Sítio** (arts. 137 a 139 da CF). O enunciado pede que o candidato assinale a alternativa correta, porém, **todas as opções (A a E) apresentam erros jurídicos e prazos incorretos**. Como **não existe resposta certa entre as alternativas oferecidas**, a questão deve ser anulada para não prejudicar os candidatos.

## Explicação

Abaixo, transcrevo o texto da questão e analiso a improcedência de cada alternativa com base na literalidade da Lei:

## Análise das Alternativas

### Alternativa (A)

**Texto da alternativa:** "*O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o Estado de Sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria **relativa**.*"

*Art. 137, Parágrafo único. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por **maioria absoluta**.*

**Onde está o erro:** A alternativa afirma que o quórum é de **maioria relativa** (ou simples), quando a Constituição exige expressamente a **maioria absoluta** para a autorização do Estado de Sítio.

### Alternativa (B)

**Texto da alternativa:** "*Solicitada autorização para decretar o Estado de Sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de **dez dias**, a fim de apreciar o ato.*"

*Art. 138, § 2º Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de **cinco dias**, a fim de apreciar o ato.*

**Onde está o erro:** A alternativa fixa o prazo de reunião em **dez dias**, enquanto o texto constitucional estabelece o prazo de **cinco dias**.

### Alternativa (C)

**Texto da alternativa:** *"O Estado de Sítio, no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o Estado de Defesa, não poderá ser decretado por mais de **sessenta dias**, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior."*

*Art. 138, § 1º O estado de sítio, no caso do art. 137, I, não poderá ser decretado por mais de **trinta dias**, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior; no do inciso II, poderá ser decretado por todo o tempo que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira.*

**Onde está o erro:** A alternativa menciona o prazo de **sessenta dias**, mas a literalidade constitucional limita a decretação e cada prorrogação a **trinta dias** para os casos de comoção nacional ou ineficácia do Estado de Defesa.

### Alternativa (D)

**Texto da alternativa:** *"Na vigência do Estado de Sítio decretado com base em comoção grave de repercussão nacional, será cabível a restrição da difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, **independentemente de liberação pela respectiva Mesa**."*

*Art. 139, Parágrafo único. Não se inclui nas restrições do inciso III a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, **desde que liberada pela respectiva Mesa**.*

**Onde está o erro:** A alternativa afirma que a restrição ocorre **independentemente** de liberação, enquanto a Constituição protege a imunidade parlamentar, condicionando qualquer restrição à prévia **liberação pela respectiva Mesa** da Casa Legislativa.

### Alternativa (E)

**Texto da alternativa:** *"O Estado de Sítio será decretado pelo Presidente da República e, posteriormente, será analisado pelo Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta."*

*Art. 137. O Presidente da República pode, **ouvidos** o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, **solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio** nos casos de:*

**Onde está o erro:** A alternativa descreve um controle **sucessivo** (posterior), típico do Estado de Defesa. No Estado de Sítio, o controle político é obrigatoriamente **prévio**; o Presidente não pode decretar sem a autorização anterior do Congresso.

## Conclusão

Fica claro que a questão não possui uma resposta correta. Todas as opções distorcem prazos, quóruns ou procedimentos previstos na Constituição Federal. Por não haver uma alternativa que guarde fidelidade com a lei, a única solução justa é a **ANULAÇÃO da questão número 24**, com a atribuição dos pontos a todos os candidatos.